

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.386.150 - RS (2018/0278291-4)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
AGRAVANTE : **BALDINO EDUARDO PAUL**
ADVOGADOS : **AUGUSTINHO GERVASIO GOTTEMS TELOKEN - RS028958**
: **RENAN RAMOS FERREIRA - RS075716**
AGRAVADO : **BANCO DO BRASIL SA**
ADVOGADO : **MARCOS CALDAS MARTINS CHAGAS E OUTRO(S) -**
: **RS083640A**

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015. NÃO CONFIGURAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. RECONHECIMENTO DE ATOS ATENTATÓRIOS À DIGNIDADE DA JUSTIÇA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. APLICAÇÃO DE MULTA COM BASE NO ART. 77, INCISOS II, IV E VI, E § 2º, DO CPC/2015. ALEGAÇÃO DE QUE A PARTE AGIU COM BOA-FÉ E NÃO HOUE O DESCUMPRIMENTO DE DEVERES PROCESSUAIS. NECESSIDADE DE REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. INVIABILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ. ALEGAÇÃO DE NECESSIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DO PREJUÍZO À CONTRAPARTE PARA O ARBITRAMENTO DE INDENIZAÇÃO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO ESPECIAL. SÚMULAS 283 E 284 DO STF. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por BALDINO EDUARDO PAUL em face de decisão que negou seguimento ao recurso especial fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, interposto contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. CADERNETA DE POUPANÇA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. AÇÃO COLETIVA DE

CONSUMO. IDEC. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DA FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. CABIMENTO. São devidos honorários advocatícios pelo serviço prestado na fase do cumprimento de sentença, depois de escoado o prazo para pagamento voluntário, segundo a atual orientação do STJ, definida quando do exame do RESP. 1.134.186 (Recurso Repetitivo). Na hipótese em tela, não houve o pagamento do débito no prazo do art. 523 do NCPC, mas mero depósito de valores para garantia do juízo, o qual não se equipara ao pagamento voluntário na forma do dispositivo citado, tanto que oposta impugnação, sendo, portanto, devida a verba honorária para a fase de cumprimento de sentença. No entanto, no caso dos autos, tendo em vista que foram acolhidos os cálculos apresentados pelo autor na inicial, os quais já incluíam verba honorária em seu favor, correspondentes à fase de conhecimento, estes devem ser considerados como honorários do cumprimento de sentença, compensando-se, como na prática foi feito na decisão agravada, que vai mantida. Ressalto que o agravante inclusive já levantou alvará, onde recebeu honorários de 10%.

APLICAÇÃO DE MULTA. MANUTENÇÃO. Infração, pela parte exequente, dos deveres das partes e seus procuradores. No caso, a parte autora incluiu em seu cálculo inicial honorários da fase de conhecimento, aos quais não fazia jus, já que seus procuradores não atuaram naquele feito. Os honorários da fase de conhecimento, verba de sucumbência, são devidos ao advogado que atuou efetivamente no processo de conhecimento. No caso, o advogado neste feito não promoveu ou atuou na Ação Civil Pública, somente agora pleiteando a execução ou cumprimento de sentença. Posteriormente, recebidos tais honorários, postulou outros para a fase de cumprimento de sentença, reiterando e insistindo no pedido, mesmo sabendo que já havia sido beneficiado indevidamente em razão da outra verba. Situação descabida, de forma que merece ser mantida a decisão proferida na origem no tocante à condenação da parte agravante em multa, contudo, por fundamento diverso, nos termos do art. 77, II, IV e VI, bem como seu §2º, todos do NCPC.

AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO. " (e-STJ fls. 197-198).

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (e-STJ fls. 230-239).

Nas razões do recurso especial, o recorrente alega a violação dos arts. 77 e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, ao argumento de que houve negativa

Superior Tribunal de Justiça

de prestação jurisdicional e de que deve ser afastada a incidência da multa por litigância de má-fé, pois não ocorreu pedido de cobrança dúplice e *"a parte agiu de boa-fé no pedido de arbitramento de honorários para o cumprimento de sentença, porquanto desde a inicial pleiteou mas não foi apreciado o pedido, ocorrendo somente na decisão do Tribunal recorrida, a qual reconheceu, com pedido, a compensação"* (e-STJ fl. 254). Assevera, ainda, que a penalidade foi aplicada com base em fato suposto e não consumado, não havendo tampouco prejuízos a serem indenizados.

Contrarrazões às fls. 274-277 (e-STJ).

Sobreveio juízo de admissibilidade do Tribunal de origem (e-STJ fls. 280-286), que inadmitiu o recurso especial por considerar que não houve a alegada ausência de prestação jurisdicional e que incide, no caso, o óbice da Súmula 7 deste Superior Tribunal de Justiça.

É o breve relatório.

Passo a decidir.

Inicialmente, no que tange à alegada violação do art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, constato não estar configurada a sua ocorrência.

Ocorre que, na hipótese dos autos, o Tribunal de origem assim decidiu a respeito da controvérsia:

"O agravante afirma que não houve pedido em duplicidade, pois incluiu honorários no cálculo inicial referentes à ação de conhecimento.

Salienta que, posteriormente, "o pedido de arbitramento da verba honorária para a fase de cumprimento de sentença se deu na intenção de caráter compensatório da verba a ser arbitrada com aquela verba incluída no cálculo inicial (...)".

Sustenta que, antes de concordar com a extinção do feito pelo pagamento, "para não correr o risco de ver decisão de ofício determinando a exclusão daquela verba constante no cálculo inicial", bem como não restar precluso o direito de requerer o arbitramento de honorários para o cumprimento de sentença, efetuou o pedido de fixação destes.

Ora, em que pese os argumentos do agravante, é dever da parte não formular pretensão quando ciente de que é destituída de fundamento, cumprir com exatidão as decisões

Superior Tribunal de Justiça

jurisdicionais e não criar embaraços a sua efetivação, bem como não praticar inovação ilegal no estado de fato de bem ou direito litigioso, nos termos do art. 77, II, IV e VI, do NCPC

[...]

No caso dos autos, após receber honorários advocatícios no feito, diante da homologação de seu cálculo na inicial, a parte agravante veio aos autos "reiterar o pedido de arbitramento de honorários advocatícios para a fase de cumprimento de sentença" (fl. 206 - autos originais).

O pedido foi indeferido (fl. 212 - autos originais), de forma que a parte agravante opôs embargos de declaração, referindo que houve erro material e omissão na aludida decisão, sendo devidos os honorários da fase de cumprimento de sentença (fls. 215/216 - autos originais).

Os embargos foram rejeitados e a parte agravante foi condenada às penalidades que ora pretende verem afastadas.

Quanto aos honorários advocatícios, nos termos do art. 85, caput, do NCPC, os honorários sucumbenciais são devidos ao patrono da parte vencedora.

Evidente, portanto, que em se tratando de ação coletiva, não são devidos os honorários fixados na sentença da fase de conhecimento, uma vez que os procuradores da parte agravante sequer atuaram naquele feito, sendo teratológico o pedido que pretende seu recebimento.

Analisando as petições juntadas nos autos, verifico que, diverso do que alega a parte autora, esta não pretendia, na origem, como alega nesta instância, ver arbitrados honorários para o cumprimento de sentença apenas para evitar a preclusão, posteriormente compensando-os com verba já recebida (referentes à ação de conhecimento).

Do contrário, a parte autora reiterou o pedido e, ainda, insistiu em tal arbitramento por meio de embargos de declaração, mesmo sabendo que já havia levantado alvará de valor no qual estavam incluídos honorários indevidos.

Ou seja, em um primeiro momento, a parte autora incluiu em seu cálculo honorários da fase de conhecimento, aos quais não fazia jus, já que seus procuradores não atuaram naquele feito. Posteriormente, recebidos tais honorários, pleiteou outros para a fase de cumprimento de sentença, reiterando e insistindo no pedido, mesmo sabendo que já havia sido beneficiada indevidamente em razão da outra verba.

Somente após receber a aplicação de penalidade na origem é que a parte exequente, após insistir e reiterar novo

Superior Tribunal de Justiça

arbitramento de honorários, pediu a compensação da verba ora pleiteada com a incluída na inicial.

Ora, há que referir que, ainda que a parte tivesse por objetivo a compensação dos honorários da fase de cumprimento de sentença com os recebidos na inicial, tal medida seria totalmente desnecessária.

A verba anterior está coberta pela coisa julgada, já tendo sido levantada, não havendo risco, como afirma o agravante, "de ver decisão de ofício determinando a exclusão daquela verba constante do cálculo inicial".

Tudo indica, assim, que, de fato a parte exequente pretendia receber honorários em duplicidade, formulando pretensão destituída de fundamento, descumprindo com exatidão decisão judicial, bem como praticando inovação ilegal no litígio.

[...]

Desta forma, merece ser mantida a decisão proferida na origem no tocante à condenação da parte agravante em multa, contudo, nos termos do art. 77, II, IV e VI, bem como seu §2º, todos do NCPC, devido à infração, pela parte exequente, dos deveres das partes e seus procuradores." (e-STJ fls. 209-215).

Por ocasião do julgamento dos embargos de declaração, reforçaram-se, ainda, os seguintes fundamentos:

"No caso concreto, inexistente a contradição afirmada pelo recorrente. Não houve, em nenhum momento, reapreciação da decisão que fixou honorários para a fase de impugnação, a qual o embargante refere ter ocorrido o trânsito em julgado.

A decisão embargada apenas utilizou como fundamento a fixação anterior dos honorários na impugnação - gize-se, indevidos, contudo, atingidos pela coisa julgada - para indeferir novo arbitramento na fase de cumprimento de sentença, com o intuito de evitar a ocorrência de bis in idem, como bem constou no Acórdão ora recorrido. Inclusive, a própria parte pediu a compensação no recurso de agravo de instrumento.

Em relação à multa, diverso do que argumenta o embargante, a manutenção da penalidade se deu diante da insistência e reiteração do pedido feito na origem pelo ora recorrente, "mesmo sabendo que já havia sido beneficiado indevidamente em razão da outra verba" e não em fato suposto.

Ademais, não houve omissão quanto à fundamentação,

Superior Tribunal de Justiça

ausência de prejuízo da instituição financeira ou pedido de diminuição da penalidade, pois tais questões restaram abarcadas pelos argumentos utilizados para manter seu arbitramento, contudo, por fundamento diverso da decisão de origem, como constou no voto, art. 77, II, IV e VI, e seu §2º, todos do NCPC, sendo desnecessária, portanto, a demonstração de qualquer prejuízo ao banco.

A bem da verdade, o que pretende a parte embargante é modificar a decisão proferida, com o conseqüente provimento de seu agravo de instrumento, a fixação de novos honorários, implicando em duplicidade, o que não se pode admitir e a exclusão da penalidade cominada." (e-STJ fls. 233-234).

Da leitura dos trechos acima transcritos, verifica-se que a Corte estadual julgou fundamentadamente a matéria devolvida à sua apreciação, expondo as razões que suficientemente levaram às suas conclusões de que: (a) o indeferimento do novo arbitramento de honorários advocatícios na fase de cumprimento de sentença decorreu da fixação anterior da verba na impugnação e da necessidade de evitar a ocorrência de *bis in idem*; (b) o reconhecimento da infração dos deveres das partes e seus procuradores não foi baseado em fato suposto, mas na insistência e reiteração do pedido feito pelo recorrente, pretendendo receber honorários em duplicidade, mesmo sabendo que já havia sido beneficiado indevidamente em virtude da fixação da verba em sede de impugnação; e (c) não se afigura necessária a demonstração do prejuízo à contraparte, nem devida a redução do valor da penalidade, uma vez que a manutenção do montante arbitrado pelo juízo singular ocorreu sob fundamento diverso, qual seja, com fulcro nas hipóteses e nos parâmetros previstos no art. 77, incisos II, IV e VI, e § 2º, do Código de Processo Civil de 2015.

Portanto, a pretensão ora deduzida, em verdade, traduz-se em mero inconformismo com a decisão posta, o que não revela, por si só, a existência de qualquer vício nesta.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DE VIDA EM GRUPO. 1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO VERIFICADA. 2.

COBERTURA DE INVALIDEZ FUNCIONAL PERMANENTE TOTAL POR DOENÇA. INTERPRETAÇÃO SOB A LUZ DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. DESCUMPRIMENTO DO DEVER DE INFORMAÇÃO ACERCA DOS LIMITES DA COBERTURA CONTRATADA. RECONHECIMENTO NA ORIGEM. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 5 E 7/STJ. 3. PEDIDO DE APLICAÇÃO DE MULTA PREVISTA NO ART. 1.021, § 4º, DO CPC/2015. NÃO CABIMENTO. 4. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. INEXISTÊNCIA. 5. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Não há violação ao art. 1.022 do CPC de 2015, porquanto o acórdão recorrido dirimiu a causa com base em fundamentação sólida, sem nenhuma omissão ou contradição. Ademais, o órgão julgador não está obrigado a responder a questionamentos das partes, mas apenas a declinar as razões de seu convencimento motivado, o que de fato ocorreu nos autos.

[...]

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1697809/SC, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/12/2017, DJe 19/12/2017, g.n.)

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. LEVANTAMENTO DE GRAVAME. DESCUMPRIMENTO DE ACORDO HOMOLOGADO JUDICIALMENTE. DANO MORAL. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 1.022 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. VALOR INDENIZATÓRIO. PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. MANUTENÇÃO. ENTENDIMENTO ADOTADO NESTA CORTE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REVISÃO DO VALOR. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA DA LIDE. SÚMULA N. 7 DO STJ.

1. Se as questões trazidas à discussão foram dirimidas, pelo Tribunal de origem, de forma suficientemente ampla e fundamentada, apenas que contrariamente ao pretendido pela parte, deve ser afastada a alegada violação ao art. 1.022 do Código de Processo Civil/2015.

[...]

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1098101/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 04/12/2017, g.n.)

Superior Tribunal de Justiça

Quanto às demais matérias veiculadas no recurso, a decisão de admissibilidade está correta ao indicar que o teor da Súmula 7 deste Superior Tribunal de Justiça obsta o conhecimento do recurso especial.

Isso porque seria inevitável o reexame dos elementos fático-probatórios acostados aos autos - medida vedada na via do recurso especial - para se reapreciar os critérios que nortearam a aplicação da penalidade decorrente da infração dos deveres processuais das partes e seus procuradores e da prática de atos atentatórios à dignidade da justiça. Com efeito, na presente via, não se afigura possível a revisão das premissas fáticas fixadas no acórdão recorrido no sentido de que *"a parte exequente pretendia receber honorários em duplicidade, formulando pretensão destituída de fundamento, descumprindo com exatidão decisão judicial, bem como praticando inovação ilegal no litígio"* (e-STJ fl. 213).

Sobre o tema, confira-se a jurisprudência desta Corte Superior, *mutatis mutandis*:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. MEDIDA CAUTELAR. PRINCÍPIO DA ADSTRIÇÃO. INAPLICABILIDADE. PODER GERAL DE CAUTELA. TUTELA DA EFICÁCIA DO PROCESSO. ART. 798 DO CPC/1973. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. DESVIO DE FINALIDADE. ARRESTO ON-LINE DOS BENS DO SÓCIO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. FALIDO. ASSISTENTE SIMPLES. POSSIBILIDADE. DECISÃO MANTIDA.
[...]

4. O recurso especial não comporta exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n. 7/STJ).

[...]

6. Da mesma forma, o Tribunal de origem, examinando a prova dos autos, concluiu que a recorrente incorreu nas condutas que caracterizam ato atentatório à dignidade da justiça, condenando-a, por isso, ao pagamento da multa respectiva. Tal entendimento não pode ser alterado no âmbito do recurso especial pelo óbice da supracitada súmula.

[...]

Superior Tribunal de Justiça

9. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1694810/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 20/08/2019, DJe 26/08/2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. SUPOSTA VIOLAÇÃO AO ARTIGO 1.022 DO CPC DE 2015. NÃO OCORRÊNCIA. ALEGADA IMPENHORABILIDADE DO BEM DE FAMÍLIA. REQUISITOS NÃO PREENCHIDOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. MULTA POR ATO ATENTATÓRIO À DIGNIDADE DA JUSTIÇA. VERIFICAÇÃO DE SEU CABIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO, UMA VEZ MAIS, DA SÚMULA N. 7/STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Não se viabiliza o recurso especial pela indicada violação ao artigo 1.022 do do Código de Processo Civil de 2015. Isso porque, embora rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão do recorrente. A Corte local apreciou a lide, discutindo e dirimindo as questões fáticas e jurídicas que lhe foram submetidas.

[...]

3. A adoção de entendimento diverso por esta Corte quanto à caracterização do ato atentatório à dignidade da justiça demandaria reexame de provas, o que encontra óbice na Súmula 7 do STJ.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1429939/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 28/05/2019, DJe 03/06/2019)

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO NA VIGÊNCIA DO CPC/73. ATO ATENTATÓRIO À DIGNIDADE DA JUSTIÇA. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 165, 458 E 535 DO CPC. OMISSÃO, FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO E/OU NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. ATO ATENTATÓRIO À DIGNIDADE DA JUSTIÇA. MULTA. AFASTAMENTO. REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO.

INVIABILIDADE. SÚMULA Nº 7 DO STJ. ADVERTÊNCIA PRÉVIA.

DESNECESSIDADE. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO A FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO. SÚMULA Nº 283 DO STF.

Superior Tribunal de Justiça

1. Inaplicabilidade do NCPC neste julgamento ante os termos do Enunciado Administrativo nº 2 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

2. Não há que se falar em omissão, falta de fundamentação e/ou negativa de prestação jurisdicional, na medida em que o Tribunal a quo dirimiu, fundamentadamente, a questão que lhe foi submetida, apreciando a controvérsia posta nos autos.

3. Para afastar as conclusões a que chegou a Corte de origem quanto necessidade de aplicação de multa por ato atentatório à dignidade da justiça é necessário o reenfrentamento dos fatos da causa. Tal providência, contudo, encontra óbice no enunciado da Súmula nº 7 do STJ. Precedentes.

4. A aplicação da multa do art. 601 do CPC/73 não necessita de intimação da parte, caso a decisão estabeleça todos os requisitos necessários a sua incidência. Precedentes.

5. A ausência de impugnação, nas razões do recurso especial, a fundamento autônomo do acórdão recorrido atrai o óbice da Súmula nº 283 do STF, segundo a qual: É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.

6. Não sendo a linha argumentativa apresentada capaz de evidenciar a inadequação dos fundamentos invocados pela decisão agravada, mantém-se o julgado, por não haver motivos para a sua alteração.

7. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 711.672/DF, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/03/2018, DJe 09/03/2018)

Por fim, quanto à alegação de que deve ser afastada a aplicação de indenização em virtude da ausência de identificação de prejuízos à contraparte, verifica-se que o recorrente não impugnou especificamente os fundamentos externados pelo Tribunal de origem, que destacou ser desnecessária a demonstração de prejuízo no caso sob apreciação, uma vez que a condenação não foi mantida no acórdão recorrido com base no art. 81, *caput* e § 3º, do CPC/2015,

Superior Tribunal de Justiça

mas, sim, com fulcro em fundamento diverso da decisão de origem, qual seja, nas hipóteses previstas no art. 77, incisos II, IV e VI, e § 2º, daquele diploma legal.

Assim, tendo em vista a deficiência na fundamentação veiculada nas razões recursais, revelam-se aplicáveis ao caso, por analogia, as Súmulas 283 e 284 do Supremo Tribunal Federal.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO EM AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO DE DESPEJO - DECISÃO MONOCRÁTICA NEGANDO PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA RECURSAL DOS REQUERIDOS.

1. É inadmissível o recurso especial quando as razões apresentadas se mostrarem dissociadas da matéria tratada pela decisão recorrida, não sendo impugnados fundamentos do acórdão que, por si sós, são suficientes para manter o inteiro teor do decisum. Aplicação, por analogia, das Súmulas 283 e 284 do STF.

2. A reforma do julgado quanto a conclusão de não ter sido configurado cerceamento de defesa, ante o indeferimento da prova testemunhal demandaria o reexame do contexto fático-probatório, procedimento vedado na estreita via do recurso especial, a teor da Súmula 7 do STJ. Precedentes.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 921.974/PR, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 18/08/2016, DJe 23/08/2016, g.n.)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. NÃO IMPUGNAÇÃO. RAZÕES RECURSAIS DISSOCIADAS DOS FUNDAMENTOS DO JULGADO ATACADO. SÚMULAS NºS 283 E 284 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. REEXAME DE PROVAS. CONSONÂNCIA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E O ENTENDIMENTO DESTA CORTE. SÚMULAS NºS 7 E 83 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

[...]

2. A ausência de impugnação dos fundamentos do acórdão recorrido enseja o não conhecimento do recurso, incidindo a

Superior Tribunal de Justiça

Súmula nº 283 do Supremo Tribunal Federal.

3. É inadmissível o inconformismo por deficiência na sua fundamentação quando as razões do recurso estão dissociadas do que decidido no acórdão recorrido. Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal.

4. A reapreciação da conclusão do aresto impugnado encontra óbice, no caso concreto, na Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça.

5. Estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, incide o disposto na Súmula nº 83 desta Corte.

6. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 717.435/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/12/2015, DJe 11/12/2015, g.n.)

Ante o exposto, com base no art. 932, incisos III e IV, do CPC/2015 c/c a Súmula 568/STJ, conheço do agravo para, desde logo, conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO

Relator